

Editais fixam condições

Esta é a íntegra da Circular nº 1.302:

"Comunicamos que a Diretoria do Banco Central do Brasil, tendo em vista o disposto na Resolução nº 1.460, de 01.02.88, do Conselho Monetário Nacional, decidiu estabelecer os critérios a seguir especificados para as conversões em investimento sujeitas a leilão de que trata o art. 2º do Regulamento aprovado pela referida Resolução.

2. Os leilões para conversão de dívida em investimento serão realizados periodicamente em Bolsas de Valores. O Banco Central do Brasil estabelecerá, por edital, a data, hora e local da realização de cada leilão, o desconto mínimo, se houver, os tetos de conversão, bem como a ordem em que deverão ser realizados os leilões, conforme a área de aplicação dos recursos.

3. O edital mencionado no item anterior será publicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias, exceto quanto ao primeiro leilão, para o qual será observado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias. Atendido o disposto no item 17, o referido edital poderá ser publicado pela Bolsa de Valores organizadora.

4. A participação nos leilões far-se-á por intermédio de Sociedades Corretoras, devendo os interessados observar as condições constantes do anexo Regulamento dos Leilões de Conversão.

5. Até as 12 (doze) horas do dia útil seguinte ao da realização dos leilões, a Bolsa de Valores respectiva apresentará ao Banco Central do Brasil notificação dos resultados, indicando as propostas vencedoras e encaminhando as informações prestadas pelas Sociedades Corretoras necessárias à perfeita identificação do investimento correspondente a cada uma daquelas propostas.

6. Deverão ser cumpridos ainda, pelo investidor e/ou receptora do investimento, os seguintes prazos, a contar da data da realização dos leilões:

a) dois dias úteis para apresentação ao Banco Central do Brasil de notificação do investidor autorizando o imediato bloqueio dos depósitos, assim como o débito do valor do desconto respectivo;

b) dez dias úteis para apresentação ao Banco Central do Brasil da documentação por ele estabelecida, necessária ao exame do pedido de conversão.

7. O não cumprimento do disposto nos itens 5 e 6, com relação a qualquer das propostas vencedoras, implicará em sua automática desqualificação, sem prejuízo de multa aplicável à correspondente Sociedade Corretora, quando couber, na forma do anexo Regulamento dos Leilões de Conversão.

8. Na hipótese de o pedido de conversão vir a ser rejeitado pelo Banco Central do Brasil, em razão de eventual incompatibilidade, com as normas em vigor, do projeto a ser executado ou do ramo de atividade da receptora do investimento, serão promovidos os necessários estornos nas contas do investidor, com vistas a desbloquear os recursos e anular o débito do valor dos descontos.

9. As conversões estão sujei-

tas à autorização do Banco Central Brasil/Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (FIRCE), na forma da legislação em vigor.

10. Autorizada a conversão, o investidor terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o levantamento dos recursos depositados junto ao Banco Central do Brasil, os quais serão liberados pelo seu valor líquido, já deduzidos os respectivos descontos.

11. Não se concretizando o levantamento dos recursos no prazo indicado no item anterior, o direito à conversão estará automaticamente extinto.

12. O levantamento dos recursos contratualmente devidos pelo Banco Central do Brasil ou junto a ele depositados será processado pelos estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio, com observância do seguinte procedimento:

a) pelos valores e nas moedas das compras efetuadas a clientes a cada dia, mediante realização de operações simultâneas de venda de câmbio ao Banco Central do Brasil;

b) as operações de venda de câmbio ao Banco Central do Brasil serão celebradas à taxa cambial de repasse fixada para a moeda na data de sua contratação, não podendo ser liquidadas com anterioridade em relação à liquidação das compras a clientes a que se vinculem.

13. Os recursos relativos à conversão já autorizada poderão ser objeto de depósitos não remunerados em moeda estrangeira junto ao Banco Central do Brasil, conforme previsto no artigo 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.460, facultade esta a ser utilizada uma única vez, antes ou após a sua capitalização, observado o seguinte:

a) os depósitos deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da autorização para conversão dos créditos ou de sua capitalização;

b) em qualquer hipótese o levantamento dos depósitos será efetuado segundo cronograma a ser ajustado com o Banco Central do Brasil/Departamento de Câmbio, sendo que no caso de depósitos de recursos ainda não capitalizados, seu levantamento somente poderá ocorrer para o fim específico de capitalização.

14. Os depósitos em moeda estrangeira, realizados em consonância com o disposto no art. 14 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.460, não serão também remunerados.

15. Os depósitos de que trata a presente Circular sujeitam-se às disposições da Circular nº 349, de 23.06.77.

16. O registro do investimento será efetuado pelo valor efetivamente liberado na forma do item 10 da presente Circular.

17. O Banco Central do Brasil poderá firmar convênio com as Bolsas de Valores, para a realização, em seus recintos, dos leilões de que trata esta Circular.

Brasília, DF, 18 de março de 1988.

Arnim Lore
Diretor